



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 2 8 DE NOVEMBRO DE 2018.

3 Ao oitavo (8º) dia do mês de novembro de dois mil e dezoito, às sete horas e trinta minutos (7h30), na sede da
4 Secretaria de Ação Social, sito à Avenida Champagnat, 1750, Centro, iniciou-se a vigésima nona (29ª) reunião
5 ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, sob a presidência da presidente e representante titular
6 do poder público, representando a Unidade Municipal de Assistência Social, Senhora Lucineia Silva Sartori
7 Coelho. Estiveram presentes na reunião dezoito (18) conselheiros, sendo seis (6) do poder público e doze (12)
8 da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros Titulares Presentes:** Valdety Souza Vilar Gilberto, Clóves
9 Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra (Tina), José Carlos Gomes, Jane Izabel Miranda Biagiotti
10 Lelis, Jean Eurípedes da Silva Ferreira, Ronaldo Rogério, Lucinéia Silva Sartori Coelho, Iara Flávia Afonso
11 Guimarães e Carina Marques Ribeiro. **Conselheiros em Exercício de Titularidade:** Maria Heli da Silva
12 Garcia, Alessandro Souza Macedo, Alessandra Aparecida da Silva e Juliana Rossato Souza Rodrigues
13 **Conselheiros Suplentes Presentes:** Geraldine Garcia Fuga Menezes, Maura Gomes Martiniano, Kelly Regina
14 da Silva e Maria Aparecida Moraes Oliveira. Participaram da reunião, os conselheiros do COMUPI e outros
15 convidados totalizando quatorze (14) pessoas, conforme assinaturas na lista de presença. Com a seguinte pauta:

16 **1. Ordem do dia:** *Verificação de quorum; Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes. 2.*
17 *Aprovação da pauta. 3. Deliberação e Aprovação da ata da 28ª Reunião Ordinária 4. Assuntos:* 4.1 –
18 *Deliberação CMAS/COMUPI e Rep. de Entidades –Resolução de Regulamentação do Artigo 35 do Estatuto*
19 *do Idoso; 4.2– Apresentação do Demonstrativo Físico Financeiro Federal – 2017; 4.3 – Deliberação sobre a*
20 *inscrição da Entidade Aliança do Redentor de Franca; 4.4 – Ofício SEDAS 563.2018 – Resposta ao ofício*
21 *CMAS 113/2018; 4.5 – Ofício 12/2018 – PROREAVI – Demanda reprimida – SCFV crianças e adolescentes;*
22 *4.6 – Programação da Audiência Pública do CMAS – 29.11 – 13 as 17h – UNIFACEF; 5. Informes:* 5.1–
23 *Publicação de Resolução 005/GABSECSAUDE/2018 – Dispõe sobre a dispensação de medicamentos para*
24 *pessoas idosas acolhidas em Instituições de Longa Permanência; 5.2 – Nota Pública – FORTTSUAS-*
25 *RF/CMAS/SINDSERV – Recomposição das equipes; 5.3 – Placa de Homenagem ao CMAS – 20 anos*
26 *Família Acolhedora; 5.4 – Ofício Circular – 03/2018 – MDS/CNAS – Recomposição do Orçamento do*
27 *SUAS 2019; 5.5 – Publicação Manual de Orientações sobre Emendas Parlamentares – CNAS; 5.6 –*
28 *Consulta Pública – Benefícios Eventuais no SUAS* <[http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-](http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/participacao-social/consultas-publicas)
29 *social/participacao-social/consultas-publicas*>; 5.7 – *Termo de Aceitação e Parceria – Núcleo Cidadania*
30 *Ativa UNESP; 5.8 – Material de Apoio – Encontro de Apoio Técnico FNAS – São José do Rio Preto; 5.9 –*
31 *Pagamento às Entidades que executaram o serviço durante 22 dias sem o cofinanciamento do município;*
32 *5.10 – Corte no fornecimento de marmitas para o Centro POP;* A srª presidente do CMAS, Lucineia, abriu a
33 ordem do dia e na sequência a secretária executiva do CMAS, Maria Amélia, fez a chamada das(os)
34 conselheiras(os) e apresentou as justificativas de ausência das seguintes conselheiras: Maria das Graças Costa
35 da Silva, Jeisa Cristina da Silva Lopes, Alessandra Ferreria, Yheda Maria Lanes Gaioli, Rosicler Lemos da

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

36 Silva, Luzia Regina Alves, Adriana da Silva Bazon, Sonia Regina Barbosa Quirino e Ana Lúcia Melo de O.
37 Lima. M^a Amélia anunciou o alcance de quórum mínimo, bem como, as(os) conselheiras(os) titulares e
38 suplentes na titularidade, naquela reunião. A pauta foi exibida para apreciação da plenária e aprovada com a
39 inversão e antecipação dos itens 4.3 e 4.4, enquanto aguardava-se a chegada e o quorum dos conselheiros do
40 COMUPI. Foram inseridos ainda dois informes. Na sequência, Maria Amélia confirmou o quórum de leitura da
41 ATA da 28ª Reunião Ordinária e apresentou as considerações sugeridas pelos(as) conselheiros(as). Concordou-
42 se com as sugestões apontadas e a ata foi aprovada com as devidas correções. [Deu-se início aos assuntos da 29ª](#)
43 [Reunião Ordinária do CMAS: 4.3 – Deliberação sobre a inscrição da Entidade Aliança do Redentor de](#)
44 [Franca:](#) Maria Amélia, explicou que a Entidade solicitou a inscrição com a intenção de participar do
45 chamamento público para Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos para Crianças e
46 Adolescentes, que foi analisada e deferida. Porém, a Instituição não participou do chamamento nem iniciou a
47 execução do serviço dentro do prazo estipulado (seis meses). Ante o exposto, a Comissão de Inscrição e
48 Acompanhamento discutiu a questão e levou ao colegiado para deliberação, que optou pelo cancelamento da
49 inscrição, devendo a Secretaria Executiva oficiar a Entidade. Item 4.4 – **Ofício SEDAS 563.2018 – Resposta**
50 **ao ofício CMAS 113/2018;** Em seguida, M^a Amélia leu o ofício para os presentes, o qual objetivou dar mais
51 clareza ao Ofício Circular 491/2018 que tratou da questão de solicitação de doações feitas pelas entidades, as
52 quais devem ser realizadas com a devida cautela e sem constranger os usuários dos serviços. Os conselheiros
53 afirmaram que o ofício resposta deu maior clareza ao comunicado circular emitido às entidades
54 socioassistenciais e solicitou que o referido documento seja repassado as mesmas. Porém ainda permaneceram
55 as dúvidas acerca da denúncia apresentada à secretaria e foi sugerido que sejam solicitadas informações sobre
56 quais encaminhamentos foram realizados. Em seguida passou-se ao item 4.1 – **Deliberação CMAS/COMUPI**
57 **e Rep. de Entidades –Resolução de Regulamentação do Artigo 35 do Estatuto do Idoso;** Lucinéia
58 introduziu o assunto aos presentes, e em seguida o colegiado deu início às deliberações. A minuta da Resolução
59 já estava concluída, porém algumas questões controversas foram apresentadas ao colegiado, se iniciando pelo
60 art. 3º, inciso III que diz respeito sobre *“A garantia de que o percentual restante, de no mínimo 30%, deve ser*
61 *destinado à própria pessoa idosa, a qual, a seu critério, lhe dará o destino que bem lhe aprouver, garantindo-*
62 *se-lhe o direito de liberdade, dignidade e cidadania”*. A comissão havia proposto uma redação de alíneas que
63 esclarecessem como ocorreria a prestação de contas do valor destinado ao idoso, porém após discussões e
64 reflexões, alguns membros da comissão concluíram que não é competência do conselho deliberar sobre o
65 percentual destinado às entidades, sugerindo que se mantenha o inciso III e suprima as alíneas. O Promotor
66 Público do Idoso, Doutor Murilo, fez suas considerações, sugerindo que as Entidades mantenham os registros e
67 comprovantes de depósito em seus arquivos, e informou que desarquivará o inquérito que trata de
68 procedimentos às instituições de acolhimento aos idosos, no qual fará essa recomendação. Tina ressaltou
69 novamente, que o CMAS precisa se atentar para não regulamentar e nem legitimar algo que não compete ao
70 Conselho. Lucinéia pontuou que a responsabilidade quanto à orientação da família ou do próprio idoso compete



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

71 ao técnico de referência, devendo ser realizada no momento de inserção do usuário no serviço, para evitar
72 futuras divergências. Após considerações a sugestão foi suprimir todas as alíneas propostas no inciso III, do
73 artigo 3º. Sendo assim o colegiado aprovou a supressão das referidas alíneas e ainda a sugestão de inserção de
74 um artigo que trata da responsabilidade do CMAS e COMUPI como instâncias de fiscalização, ao final do
75 Contrato de Prestação de Serviços. A conselheira Jane sugeriu que sejam afixadas placas nas entidades com a
76 informação de que as Instituições de Acolhimento de Idosos são gratuitas e cofinanciadas pelo Poder Público e
77 ainda que o CMAS e o COMUPI são responsáveis pela fiscalização destas. O modelo da placa será
78 regulamentado pelos dois conselhos, posteriormente. Os conselheiros ressaltaram a importância de garantir o
79 direito e a autonomia do idoso nas instituições, para utilizar o recurso restante de seu benefício no que lhe
80 aprouver, salientando que a responsabilidade de fiscalização é dos conselhos e do órgão gestor. O conselheiro
81 Cloves pontuou sobre a importância de regulamentar a Central de Vagas por meio de Decreto ou Lei. Após
82 todas as considerações realizadas por conselheiros e convidados, ficou definido que as Secretarias Executivas
83 dos dois conselhos farão as correções ortográficas e formatação e posteriormente encaminharão para publicação
84 no Diário Oficial. **4.2– Apresentação do Demonstrativo Físico Financeiro Federal – 2017;** Dando
85 seguimento à reunião, a equipe gestora apresentou o demonstrativo dos recursos disponibilizados pela União
86 para que a Comissão de Orçamento possa analisar e responder os questionários que tratam dos Serviços, do
87 IGD SUAS e do IGD PBF. Juliana apresentou os valores dos recursos disponibilizados para cada serviço,
88 programa ou gestão; as metas de atendimento; o recurso que foi executado e o saldo a ser reprogramado. No
89 decorrer da apresentação as dúvidas que surgiram foram sendo esclarecidas pela equipe da gestão. Lucinéia
90 trouxe informações sobre o programa ACESSUAS, informando que o início da execução dependia da
91 realização de processo seletivo para contratação de equipe temporária, porém até o momento o mesmo ainda
92 estava tramitando na administração, e por esse motivo, é provável que o recurso seja devolvido para a União.
93 Disse que fez consulta ao MDS sobre a utilização do recurso no próximo ano, porém ainda não obteve resposta.
94 Jane disse que a DRADS informou que esse programa será extinto. Foram feitas outras considerações sobre o
95 recurso PETI, o qual já tem ações em execução e outras já previstas. Em seguida, Juliana demonstrou um slide
96 com um comparativo da aplicação de recursos de cada ente federado, no qual o município arcou com 84,17%,
97 com o valor de R\$ 19.866.292,86; a União com 13,60%, R\$ 3.208.887,13 e o Estado com 2,23%, com o valor
98 de R\$ 526.373,90. Quanto aos saldos de reprogramação foram: Proteção Social Básica: R\$1.108.488,28 (**Um**
99 **milhão, cento e oito mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos**); Proteção Social
100 Especial: Média Complexidade – R\$ 771.099,41 (**Setecentos e setenta e um mil, noventa e nove reais e**
101 **quarenta e um centavos**) e Alta Complexidade – R\$ 303.201,81 (**Trezentos e três mil, duzentos e um reais e**
102 **oitenta e um centavos**); Aprimora Rede – R\$ 24,89 (**vinete e quatro reais e oitenta e nove centavos**);
103 ACESSUAS – R\$ 61.010,19 (**sessenta e um mil, dez reais e dezenove centavos**); Ações Estratégicas do PETI
104 – R\$ 292.220,87 (**duzentos e noventa e dois mil, duzentos e vinte reais e oitenta e sete centavos**) ; IGD PBF
105 – R\$ 266.509,35 (**duzentos e sessenta e seis mil, quinhentos e nove reais e trinta e cinco centavos**) e IGD



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

106 SUAS: R\$ 98.472,99 (noventa e oito mil, quatrocentos e setenta e dois reais e noventa e nove centavos),
107 dos quais R\$846,50 (oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos) refere-se aos 3% (três por
108 cento) do CMAS. Foi apresentada a proposta de aplicação dos recursos de reprogramação nos serviços
109 existentes dentro de cada nível de proteção e de acordo com o plano de ação. Representantes de trabalhadoras e
110 trabalhadores das unidades estatais informaram sobre as constantes dificuldades na requisição de lanches para
111 as ações coletivas, sendo sugerido o envio de ofício à Secretária de Finanças, com cópia ao Prefeito e Secretário
112 de Ação Social, considerando que a representante da SEDAS informou que as requisições são autorizadas pelo
113 ordenador de despesas da Assistência Social, ou seja, o Secretário desta pasta, porém a Secretaria de Finanças
114 tem reduzido, alterado ou não autorizado os itens conforme solicitado. Após apresentação, ficou definido que a
115 Comissão de Orçamento em conjunto com a Comissão de Controle Social do Programa Bolsa Família irão se
116 reunir na terça-feira, dia 13, às 8 horas para análise e preenchimento dos questionários. **4.5 – Ofício 12/2018 –**
117 **PROREAVI – Demanda reprimida – SCFV crianças e adolescentes**; Maria Amélia leu o ofício que visa
118 comunicar o CMAS sobre a demanda reprimida existente na região Sul e ainda que a associação atende de
119 forma não cofinanciada 50 crianças e adolescentes e conta com uma lista de espera com aproximadamente 60
120 crianças e adolescentes do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Ficou definido que a Comissão
121 de Política irá se reunir com representantes de CRAS e CREAS para analisar todas as demandas existentes. **4.6**
122 **– Programação da Audiência Pública do CMAS – 29.11 – 13 as 17h – UNIFACEF**; Maria Amélia
123 apresentou a programação da Audiência e esclareceu que o CMAS deve realizar, ao menos uma vez por ano,
124 uma audiência pública com o intuito de apresentar a rede socioassistencial para a comunidade. Disse que a
125 presidente Lucineia fará uma apresentação dos objetivos da Audiência Pública, bem como, do CMAS e
126 mediante definição da Comissão Organizadora as Conselheiras, Irene e Iara apresentarão a Rede
127 Socioassistencial, respectivamente, a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Ao final as Entidades
128 terão um espaço para apresentarem os seus serviços por meio de banners, folders e outros. Terminadas as
129 deliberações, passou-se aos informes. **5.1– Publicação de Resolução 005/GABSECSAUDE/2018 – Dispõe**
130 *sobre a dispensação de medicamentos para pessoas idosas acolhidas em Instituições de Longa Permanência*;
131 M^a Amélia informou que a Secretaria de Saúde estabeleceu normas e fluxos para dispensação de medicamentos
132 psicotrópicos e entorpecentes por médicos voluntários das ILPIs, prestadoras de serviço no município de
133 Franca. **5.2 – Nota Pública – FORTTSUAS-RF/CMAS/SINDSERV – Recomposição das equipes**; Tratou-se
134 de informar que a nota pública conjunta foi enviada a todos (as) e está sendo publicizada junto aos meios de
135 comunicação. **5.3 – Placa de Homenagem ao CMAS – 20 anos Família Acolhedora**; Lucinéia destacou que o
136 Conselho foi contemplado com uma placa de 20 anos do serviço. **5.4 – Ofício Circular – 03/2018 –**
137 **MDS/CNAS – Recomposição do Orçamento do SUAS 2019**; Maria Amélia informou o corte de R\$ 46,5
138 bilhões do orçamento da União para a Assistência Social para o ano de 2019, afetando o BPC e as Famílias
139 beneficiárias do PBF (cerca de 7 milhões de famílias). O ofício sugere que as emendas parlamentares sejam
140 alocadas no Fundo de Assistência Social para contribuir com fortalecimento da política de assistência social.

141 **5.5 – Publicação de Manual de Orientações sobre Emendas Parlamentares – CNAS; 5.6 – Consulta**
142 **Pública – Benefícios Eventuais no SUAS** <[http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/participacao-](http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/participacao-social/consultas-publicas)
143 [social/consultas-publicas](http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/participacao-social/consultas-publicas)>; Foi sugerido a constituição de um grupo com as equipes de CRAS e CREAS para
144 analisar o documento e apresentação de proposições, se for o caso. **5.7 – Termo de Aceitação e Parceria –**
145 **Núcleo Cidadania Ativa UNESP;** Tratou-se de informar os presentes sobre a Renovação da parceria com o
146 Núcleo que acontece desde 2015. **5.8 – Material de Apoio – Encontro de Apoio Técnico FNAS – São José**
147 **do Rio Preto;** O material trabalhado foi enviado a todos (as) e será melhor analisado nas próximas reuniões.
148 **5.9 – Pagamento às Entidades que executaram o serviço durante 22 dias sem o cofinanciamento do**
149 **município;** A conselheira Juliana informou que mediante decisão Judicial a Prefeitura pagou o valor devido
150 pelo tempo de serviço prestado pelas Entidades de Acolhimento de Crianças com orçamento próprio. **5.10 –**
151 **Corte no fornecimento de marmitas para o Centro POP;** O representante de usuários, sr. Alessandro
152 informou que a alimentação dos usuários do Centro POP foi retomada, porém chamou a atenção do conselho
153 para o fato de ter ocorrido o corte de 90 para 60 marmitas, mesmo existindo demanda. Como definição do
154 colegiado será feito um questionamento ao Gestor da pasta solicitando maiores informações sobre esse corte e a
155 real demanda de atendimento atual. Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou-se às dez horas e trinta
156 minutos (10h30) e gravada, o áudio ficará disponível para consulta dos conselheiros. Eu, Maria Amélia Facioli
157 Vergara, Secretária Executiva deste CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a
158 lista de presença.